

PREJULGADO Nº 029

Negar exequibilidade aos incisos I, II,IV, VIII, X e XIV do artigo 10 da Lei n. 38/2012 do Município de Vargem Alta, por configurar transgressão à regra constitucional, contida no artigo 37, inciso II, da Constituição da República e artigo 32, inciso II, da Constituição do Estado do Espírito Santo.

Órgão Colegiado: Plenário

Processo: TC-820/2014

Assunto: Controle Externo – Fiscalização - Auditoria

Autuação: 12.02.2014

Relator: conselheiro Sebastião Carlos Ranna de Macedo

Decisão: Acórdão TC-1786/2017

Sessão: 45ª Sessão Ordinária do Plenário de 19.12.2017

Publicação: Acórdão TC-1786/2017, disponibilizado no Diário Oficial Eletrônico do TCEES nº 1114, do dia 23 de abril de 2018, considerando-se publicado no dia 24/04/2018, nos termos dos artigos 62 e 66, parágrafo único, ambos da Lei Complementar Estadual 621/2012, c/c art. 5º, da Resolução TC nº 262/2013.